

O ESPIRITISMO NAS TESES DA FACULDADE DE MEDICINA DO RIO DE JANEIRO

*Artur Cesar Isaia**
arturci@uol.com.br

RESUMO: Este artigo focaliza três teses de doutoramento, defendidas entre 1919 e 1929, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, nas quais o espiritismo aparece como preocupação principal. Duas dessas teses enquadram-se perfeitamente na posição institucional, negando ao espiritismo qualquer familiaridade, não só com a religião, mas com a ciência. Nelas reafirma-se a noção do espiritismo como um importante fator de alienação mental. A terceira tese apresenta uma postura totalmente oposta à instituição, em que o autor tenta demonstrar a necessidade de a academia reconhecer os fenômenos espíritas e a possibilidade de uma terapêutica centrada no espiritismo.

PALAVRAS-CHAVE: Espiritismo, religiões mediúnicas, discurso médico-psiquiátrico.

O DISCURSO ANTIESPÍRITA DA FACULDADE DE MEDICINA DO RIO DE JANEIRO

A presença do espiritismo no discurso médico-psiquiátrico da primeira metade do século XX ocorreu em um momento de afirmação de ambos, respectivamente, no campo religioso e no campo científico brasileiro. No Rio de Janeiro, profissionais ligados à Faculdade de Medicina mostraram um claro interesse pela doutrina, razão pela qual surgiu uma literatura com o propósito declarado de atacá-la.¹ Assim, livros e manuais didáticos passaram a considerar o espiritismo como um perigo à saúde pública, a demandar uma pronta ação repressiva das autoridades. Nesse sentido, os médicos credenciavam-se como os mais abalizados a assessorar o Estado, partindo de medidas conducentes para sanear o espaço público e livrá-lo de mais um foco difusor da doença mental. Encarando o espiritismo como totalmente oposto à ciência e à medicina, os médicos partiram para jogos identitários, capazes de simplificar e radicalizar a

* Professor da Universidade Federal de Santa Catarina.

realidade, procedimentos esses que, segundo Boia (1998), destinaram-se a perpetuar um imaginário. Propondo a oposição entre espiritismo e ciência, os médicos passaram a integrar uma economia de forças, na qual a hierarquia católica estava presente, para negar substantivamente as religiões mediúnicas (ISAIA, 2006a; 2006b).

Essa polêmica foi estudada, entre outros, por Giumbelli (1997), que evidenciou a tendência a uma condenação substantiva ao espiritismo por parte dos médicos brasileiros, ao contrário do discurso jurídico, que tendeu a criminalizar o então chamado “baixo espiritismo”, tolerando, por sua vez, o espiritismo praticado pela elite letrada. Essa categorização do espiritismo brasileiro, para Giumbelli, origina-se na prática policial, deslizando dos inquéritos para o discurso jurídico e daí popularizando-se.

Para entendermos a partir de que posição institucional o espiritismo era “lido”, é fundamental que nos voltemos para a formação teórica dos psiquiatras formados na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Assim, vamos ver que, na primeira metade do século XX, a psiquiatria ali ensinada era altamente tributária do trabalho do baiano Juliano Moreira, que, transferido para o Rio de Janeiro, em 1903, impôs-se no centro de um grupo no qual se destacavam Afrânio Peixoto, Antonio Austregésilo e Henrique Roxo. Este último assumiu a cátedra de medicina psiquiátrica e tornou-se elemento-chave para a formação dos novos profissionais da época. Juliano Moreira, por sua vez, trouxe da Alemanha, onde tinha estudado, a influência de Emil Kraepelin (1856-1926), cujo modelo era essencialmente organicista, com uma preocupação muito acentuada pela classificação das doenças mentais.

Além da ênfase classificatória, os médicos da época preocupavam-se muito em estabelecer uma relação entre doenças mentais e físicas. A doença mental era encarada como passível de contágio, capaz de inutilizar grandes contingentes humanos para o trabalho, como acontecia com a sífilis ou com a tuberculose. O caráter “contagioso” do espiritismo era já endossado por Kraepelin, para quem

as manifestações dos distúrbios psíquicos encontrados hodiernamente em relação ao hipnotismo e ao espiritismo têm uma certa afinidade com os processos de contágio físico. As excitações transmitidas a estes, as explicações supersticiosas, que se juntam às misteriosas práticas são evidentemente, para as naturezas sensíveis e fracas, um visível perigo. [...] Sem dúvida, a predisposição tem, também, uma parte essencial, por isso, os indivíduos que participam, com grande zelo do espiritismo e

hipnotismo, apresentam grande sugestionabilidade para tais experiências. (apud SAMPAIO, 1926)

À tendência organicista assumida pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro contrapunha-se uma disseminada concepção espiritualizada de saúde e doença, marcando a crença, entre vários segmentos sociais, em curandeiros e terapias extracientíficas, conforme notaram Sampaio (2003), referindo-se ao Rio de Janeiro imperial, e Weber (1999), à República Velha gaúcha. Fiéis ao modelo organicista, os psiquiatras passaram a fazer a relação entre o que chamavam de “epidemias de loucura” no interior brasileiro, capazes de expor uma população ignorante ao arbítrio de “doentes mentais” – como eram considerados, por exemplo, Antônio Conselheiro, em Canudos, e Padre Cícero, em Juazeiro –, com a difusão do espiritismo no meio urbano brasileiro. Tanto em um caso como em outro, os médicos mostravam a presença da vivência patológica da religião, própria da situação de miséria, incultura e abandono a que se relegava grande parte da população brasileira. Abordando o “perigo” causado pelas ondas de misticismo, que caracterizavam um “desvio” no sentimento religioso, próprio de seres incultos, assim se manifestava Henrique Roxo, em aula ministrada em 14 de junho de 1905:

As superstições que se implantam na mente dos degenerados podem levá-los à alienação, pelas emoções que acarretam perturbações vasomotoras. As religiões, praticadas com excesso por impressionáveis, podem concorrer para a alienação, determinando emoções que acarretam perturbações vaso-motoras ou provocando concentrações psíquicas, estados de abstração que provoquem alterações nas secreções internas, redundando tudo em auto-intoxicação. O espiritismo, que figura com coeficiente menor nos tempos atuais em que fiz a estatística, influi pelas perturbações emotivas, cujo efeito já tive o ensejo de consignar. (ROXO, 1906, p. 33-34)

Como catalisador de energias desconhecidas e primitivas, o espiritismo aparecia como um perigo, capaz de provocar crises de histeria coletiva, transformar homens e mulheres pacatos em feras humanas. Nesse sentido, tanto Leonídio Ribeiro e Murilo de Campos quanto Xavier de Oliveira recorrem a uma observação de Franco da Rocha, diretor do Juquery de São Paulo e egresso da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, para ilustrar um caso de “epidemia psíquica” ocorrido em “contexto espírita”, na cidade de Taubaté, São Paulo, em meados da década de 1880.

Artur Cesar Isaia: O espiritismo nas teses da Faculdade de Medicina:...

Nessa ocasião, “escravos, crianças seminuas e outros sectários do espiritismo” seguiam “cegamente” um advogado, “chefe da seita”, que, em nome dos espíritos, propalava a necessidade de imolação de um de seus seguidores, devendo seu sangue ser bebido por todos (RIBEIRO & CAMPOS, 1931, p. 59-60). Sobre as causas, natureza e possibilidades de enfrentamento de casos como este, refere-se Franco da Rocha (1904, p. 182-183):

Tais epidemias surgem por ocasião de uma emoção geral, principalmente nas reuniões de mulheres em que há histéricos e degenerados de toda a sorte. Aqui em São Paulo, tivemos ensejo de registrar uma dessas explosões epidêmicas, a de Taubaté, em 1885, que nasceu numa sessão espírita. Produzidas por semelhantes circunstâncias, as perturbações mentais se esvaem desde que se separem os pacientes. Essas epidemias têm sido em sua maior parte de caráter religioso, ou antes supersticioso.

Um outro fato de “epidemia psíquica” ou “loucura coletiva”, associado pelos médicos ao espiritismo, teria ocorrido em Campina Grande, na Paraíba. O inquérito policial relata o caso de uma mulher, que, logo após dar à luz, começou a apresentar sintomas de desequilíbrio mental. “Chamado um charlatão, este declarou que se tratava de simples manifestação de um espírito mau e determinou o jejum obrigatório e coletivo.” Além disso, teria declarado que a cura aconteceria, após a vítima ser transformada em um sapo, que deveria ser morto a pauladas. Em um determinado momento, “parentes da doente, julgando chegado o momento de matar o sapo, atiraram-se contra ela a socos, pontapés, murros, dentadas e pauladas, deixando o cadáver insepulto” e, finalmente, queimando-o (RIBEIRO & CAMPOS, 1931, p. 60). Esses mesmos relatos são endossados por Xavier de Oliveira (1930). Fica claro que nesses relatos o espiritismo é construído sob a ótica de quem pretende associá-lo à incultura e à superstição, completamente em antagonismo ao esforço identitário da obra de codificação espírita, cujo endereçamento é, ao contrário, na direção da ciência, da razão, da civilização.

O espiritismo, portanto, era considerado como mais uma evidência da “necessária” intervenção dos médicos na realidade brasileira, capaz de reverter o quadro por eles detectado. Vamos acompanhar a produção acadêmica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, atendo-nos a três teses lá defendidas. Duas delas corroboravam totalmente a tendência antiespírita desenvolvida na instituição, e uma postava-se em oposição frontal a essa posição.

ESPIRITISMO: FÁBRICA DE LOUCOS

Em um contexto social que longe estava de revelar a democratização ao acesso e à produção do ensino formal, as teses defendidas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro representam importantes evidências empíricas para mapearmos a circulação do poder e do saber no Brasil da época. As páginas de rosto dessas teses já trazem inscrita uma informação importantíssima, reveladora das sobrevivências estamentais no Brasil de então: os doutorandos tinham a sua filiação legítima reiterada. Vale salientar que essa informação não era peculiar apenas à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Além disso, a leitura das dedicatórias e agradecimentos revela relações familiares e de conhecimento, extremamente importantes para a inclusão social do novo doutor. Prezavam-se relações familiares e de amizade com membros proeminentes da ciência médica, com antigos professores da Faculdade e com autoridades públicas. Um exemplo desse exercício de explicitar relações de pertencimento com uma elite, fundamental para o sucesso do exercício profissional na época, encontra-se nas dedicatórias de Mario Barroso Studart, em tese defendida em 1917. Entre as dedicatórias a familiares e amigos, o doutorando incluía o seu “tio e padrinho”, o barão de Studart.² Se a academia valorizava os pertencimentos sociais dos doutorandos, não se esquecia de premiar a inclusão ao que Foucault (1996) denominou “regime de verdade”, assumido pela instituição que os avaliava. Assim, podemos acompanhar, tanto as tentativas das duas primeiras teses aqui focalizadas (aprovadas com distinção) em articular-se à produção acadêmica de seus mestres quanto a total falta de sintonia com a instituição, no caso da última tese analisada (reprovada).

Tanto a tese de Oscar dos Santos Pimentel quanto a de João Coelho Marques representam exemplos de ratificação dos conhecimentos recebidos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Para Mokrejs (1993), a psiquiatria brasileira das primeiras décadas do século XX apresentava uma feição essencialmente eclética, na qual encontramos desde remanescentes do positivismo até as primeiras e tímidas investidas da psicanálise freudiana. Na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, essas tendências conviviam com a formação psiquiátrica estribada no organicismo de Kraepelin.

Reafirmando a necessária oposição entre ciência e religião, entre pesquisa científica e crença, a tese de Oscar dos Santos Pimentel revela uma influência muito grande do positivismo alemão, basicamente da

percepção monista-evolucionista de Haeckel. Os fenômenos espíritas não passavam de alucinações coletivas e individuais, lidas sob uma ótica religiosa mórbida. Assim, endossando o evolucionismo positivista e colocando o espiritismo em total oposição à ciência, mostrava o doutorando que não havia qualquer diferença entre os alucinados, exorcizados ou santificados, no medievo, e os médiuns celebrados pelo espiritismo no presente:

A alucinação é uma neurose que se manifesta por imagens refletidas de impressões que se acham localizadas no cérebro. Nasceu com a vida mental do homem e há de acompanhá-lo sempre. Na Idade Média, uns consideravam-na uma obra de Deus, ao passo que outros a atribuíam ao diabo. Os médicos nada tinham com a alucinação. Desta curavam os padres. No período teológico-metafísico serviram as alucinações para a criação de religiões e filosofias. Estimularam crenças – e os alucinados foram profetas ou demoníacos e dirigiam as infelicitadas multidões daquela época memorável ou pereciam nas chamas. Os padres combateram essa “epidemia” aniquiladora com um mal maior – o exorcismo! Pobre humanidade! Se te libertas de um sofrimento, lá te espera, para saudar-te, o cântico de novos opressores! Tiveste, é verdade, a tua idade de ouro, mas tens pago durante esse tempo de fantasia com o teu cativeiro de séculos. [...] Quando de alucinação em alucinação, acreditavas na tua liberdade, dois inimigos rancorosos – o padre e o espiritista te reclamavam! (PIMENTEL, 1919, p. 62-63)

Os espíritas eram encarados como místicos e desorientados, totalmente incapazes de efetuar a conciliação proposta pela obra de codificação espírita³ entre ciência, filosofia e religião. Pimentel vai endossar uma postura recorrente em diversas obras de médicos do período: negar ao espiritismo tanto a sua identidade religiosa quanto científica. Assim, o autor via o espiritismo como mera superstição, pretensiosa e ridiculamente apresentada como embasada na ciência. Lamentava que o progresso das luzes fosse freado no século XIX, ao ressuscitar a superstição:

Vão longe o tempo dos fantasmas, dos lobisomens, das almas penadas e das almas do outro mundo. E no século passado, quando o homem supunha que essa coorte apavorante se havia embrenhado na treva noite do esquecimento, à sua frente surgia novo flagelo, encasquilhado com o nome de espiritismo. (PIMENTEL, 1914, p. 23)

Pimentel (1919, p. 28) cita Haeckel, que pensava que “a nossa descendência de bárbaros explica filogeneticamente a tendência hereditária que

temos para a superstição e para o misticismo”. Se Haeckel dizia isso em se tratando da culta Alemanha, o que dizer de um Brasil marcado pela recente herança escravista, com um povo considerado inculto e doente? O autor ratifica esse ponto de vista, citando a frase de Miguel Pereira: “O Brasil é um grande hospital” (PIMENTEL, 1919, p. 68). Como um “grande hospital”, o Brasil requeria a presença ostensiva dos médicos, a fim de tentar reverter o quadro degradante de uma população sucumbida a toda a sorte de males orgânicos. A esses vinha juntar-se a “enfermidade”, a “superstição moderna” do espiritismo, capaz de confundir o povo crédulo com suas “incursões criminosas” sobre a prática médica: “No Brasil só há espíritos de médicos. Os que se manifestam, os que atuam sobre os médiuns, nada mais sabem fazer que receitar até mesmo para pessoas que nunca existiram”⁴ (PIMENTEL, 1919, p. 98). Se os fenômenos espíritas eram encarados como frutos da sugestão ou da fraude, aos médiuns só restava, ou serem responsabilizados penalmente por seus delitos, ou serem recolhidos aos manicômios.

Extremamente reveladora do trabalho classificatório da doença mental a que se dedicava a pesquisa da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX, foi a tese de João Coelho Marques, *Espiritismo e idéias delirantes*, defendida em 1929. A tese procurava, a partir de vários relatos de casos clínicos, enquadrá-los a partir da classificação das doenças mentais da Sociedade Brasileira de Neurologia e Medicina Legal. Essa classificação foi elaborada em 1910 por uma comissão, que tinha como relator Juliano Moreira e entre seus membros Carlos Eiras, Afrânio Peixoto e Henrique Roxo, revelando o esforço classificatório herdado de Kraepelin (VENÂNCIO & CARVALHAL, 2001). Os relatos clínicos são, na sua maioria, provenientes das observações de Henrique Roxo. Nessas observações, o doutorando concluía que havia duas possíveis ligações entre doença mental e espiritismo: ou o espiritismo aparecia de maneira secundária, acessória, ou, na maioria dos casos, era identificado como diretamente vinculado aos episódios patológicos, “era a causa de tudo” (MARQUES, 1929, p. 93). Na sua grande maioria, os casos estudados referiam-se a

indivíduos que viviam a estudar o espiritismo, a assistir sessões espíritas, praticando a mediunidade, vivendo, assim, impressionados com o que presenciavam, tendo o cérebro em estado de superexcitação. Neste estado, um abalo moral, um pequeno desgosto, um choque emotivo qualquer podem provocar o aparecimento de alucinações, e é consecutivamente a estas que se desenvolve e estabelece o delírio. Este choque

Artur Cesar Isaia: O espiritismo nas teses da Faculdade de Medicina:...

emotivo tem-no o doente, as mais das vezes, nas próprias “sessões”, por isso que, nelas, o fim principal dos promoventes é impressionar, fazendo efeitos para ganhar adeptos. Muitas vezes basta uma única sessão para fazê-lo delirante. (MARQUES, 1929, p. 93)

A maioria dos casos clínicos estudados por Marques foi enquadrada na classificação de “delírios episódicos dos degenerados”. Essa modalidade clínica foi estudada por Henrique Roxo, que salientava a extrema ligação existente entre degeneração, espiritismo e doença mental. A teoria da degeneração estava presente na abordagem organicista de Kraepelin, tendo já sido sistematizada por Morel (1809-1873) e Magnan (1835-1916) (MOREL, 1997). A idéia de uma normalidade que se degenerava hereditariamente aumentava a importância da medicina psiquiátrica na sociedade de então, capaz de enquadrar e classificar uma doença que se tornava invisível aos olhos dos leigos. Isso porque da idiotia e imbecilidade até os chamados “degenerados superiores”, a degeneração ia tornando-se cada vez mais imperceptível. Se a degeneração transmitia-se hereditariamente, os médicos detectavam as condições mesológicas, como igualmente passíveis de desencadeá-la. É nesse ponto que o espiritismo passa a ser visto como o locus por excelência do desencadeamento da doença. O espiritismo, com seu apelo ao sobrenatural, ao misterioso, ao impressionante, marcava fundamente as mentes crédulas e suscetíveis do povo brasileiro, aparecendo como o cenário ideal para desencadear as alucinações e os delírios. Marques referendava a idéia de seu mestre Henrique Roxo, segundo a qual a predisposição, a chamada “meiopragia”, nem sempre existia nos casos clínicos em que o espiritismo aparecia como desencadeador da doença. O delírio episódico dos degenerados, que Marques identifica na maioria dos casos de freqüentadores do espiritismo por ele estudados, caracterizava-se como

uma modalidade clínica pertencente ao vasto grupo das “outras psicopatias constitucionais” (estados atípicos de degeneração); foi estudada e isolada definitivamente pelo Professor Henrique Roxo [...]. Ele o define assim: um episódio delirante que surge em degenerados, uma onda delirante, uma “*bouffée delirante*”, como dizem os franceses. Esta onda delirante é sempre consecutiva a um abalo moral, emotivo, que excitando fortemente o cérebro provoca o aparecimento de alucinações. É exclusivamente às custas destas que se nutre, se desenvolve e estabelece o delírio. Constituindo este, diz o mestre, o indivíduo se tornará um escravo dele, pois as alucinações lhe darão uma tal impressão de realidade

que a ela não logrará fugir. Os atos estarão naturalmente à mercê das impressões delirantes que o indivíduo receber. (MARQUES, 1929, p. 97)

Como “doença”, o espiritismo requeria um grande esforço para erradicação, considerando-se a sua alta capacidade de “contaminação” (mais uma vez detectamos o endosso as idéias de Henrique Roxo, para quem os três maiores males que afligiam os brasileiros eram a sífilis, o alcoolismo e o espiritismo).

O combate ao espiritismo deve ser igualado ao que se faz à sífilis, ao alcoolismo, aos entorpecentes (ópio, cocaína etc.), à tuberculose, à lepra, às verminoses, enfim, a todos os males que contribuem para o aniquilamento das energias vitais, físicas e psíquicas do nosso povo, da nossa raça em formação. (MARQUES, 1929, p. 111)

Colocando-se como uma questão de saúde pública, o combate ao espiritismo teria de ser acompanhado por uma campanha educacional conducente para reverter a tendência à credulidade popular:

O primeiro e mais urgente de todos os problemas é, sem dúvida, o da educação popular, como já há tempo proclamava o sábio mestre Miguel Couto em brilhante conferência lida na Associação Brasileira de Educação. [...] Seria de desejar que, desde os lares, nos jardins de infância e nas escolas primárias, se procurasse fazer uma educação mais racional, menos mentirosa e hipócrita, que tivesse por fim refrear a tendência ao sobrenatural e ao misterioso. (MARQUES, 1929, p. 111-112)

No combate ao espiritismo, o doutorando apelava à Liga Brasileira de Higiene Mental e ao clero católico, como aliados dotados de força de convencimento suficientes para sensibilizar a opinião pública e os poderes constituídos. No apelo à Liga, Marques, mais uma vez, de maneira clara, referendava a posição institucional. Sua proposta de uma “semana antiespírita” a espelhar-se na “semana antialcoólica” aproximava-o ainda mais do catedrático de medicina psiquiátrica, Henrique Roxo, que há muito denunciava tanto o alcoolismo quanto o espiritismo como flagelos da sociedade brasileira:

No Rio de Janeiro, muito há de que esperar da benemérita Liga de Higiene Mental. A esta tomaríamos a liberdade de sugerir a realização de uma campanha permanente e eficaz. Poderia ela promover, de quando em quando, a “semana antiespírita”, a exemplo da que, há pouco, com tão brilhante êxito fez com o alcoolismo, intitulada “semana antialcoólica”.

Artur Cesar Isaia: O espiritismo nas teses da Faculdade de Medicina:...

E desde já, colocamo-nos à sua disposição, oferecendo o nosso desvalioso auxílio para cooperar nesta patriótica cruzada no que estiver ao nosso modesto alcance. (MARQUES, 1929, p. 112)

A SOLITÁRIA DEFESA DO ESPIRITISMO

Se as duas teses estudadas anteriormente apresentavam uma total sintonia com a instituição que deveria julgá-las, a terceira tese aqui analisada representou uma contradição total com essa instituição e desenvolveu uma argumentação impossível de conviver, naquele momento, com a psiquiatria de matiz organicista e materialista ensinada na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

A tese de Brasília Marcondes Machado apresenta uma importância ímpar para o investigador interessado nas tensas relações entre espiritismo e discurso médico-psiquiátrico, na primeira metade do século XX. Apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1922, a tese defendia a possibilidade de um diálogo entre a ciência médica e o espiritismo. Mais do que isso, a tese advogava a necessidade de revisão dos princípios norteadores da medicina psiquiátrica, propondo a esta o reconhecimento da sobrevivência da alma e a possibilidade do contato com os espíritos. A tese intitulava-se *Contribuição ao estudo da psiquiatria: espiritismo e metapsiquismo*. Logicamente, a tese foi reprovada e é na sua reprovação que reside, em nossa opinião, o interesse maior deste documento. A reprovação é mais uma evidência das lutas entre médicos e espíritas, que acompanharam a consolidação da psiquiatria, no campo científico, e do espiritismo, no campo religioso brasileiro, na primeira metade do século XX. Sem entrar na discussão sobre uma possível falta de consistência científica na tese reprovada, uma análise da argumentação desenvolvida pelo autor mostra a sua total falta de sintonia com a posição institucional.

Na década de 1920, a influência do organicismo de Kraepelin vinha, em alguns casos, ao encontro de uma formação ainda altamente tributária do positivismo. Foi o que detectou Elizabete Mokrejs, nos casos de Antônio Austregésilo e Henrique Belford Roxo (MOKREJS, 1993). Roxo, organicista à Kraepelin e partidário do positivismo, pensava que a psiquiatria não devia debruçar-se sobre “questões da alma”, vistas como resquícios de “fatos misteriosos”, tributários da metafísica e, portanto, acientíficos. Os critérios de cientificidade dos fenômenos eram impostos, na sua visão, a partir dos domínios da anatomia e da fisiologia, excluindo “os fatos que

não coincidem com os ensinamentos ‘dessas duas ciências básicas da medicina’” (MOKREJS, 1993, p. 107). Assim sendo, era totalmente esperada a reação contrária a uma tese que ousava contradizer essa formação e propunha uma alternativa terapêutica baseada no espiritismo.

Em 1921, Henrique Roxo lançou a primeira edição do seu *Manual de Psiquiatria*, no qual o espiritismo aparecia com uma importância enorme, merecendo, inclusive, um capítulo. Para o autor, o espiritismo estaria ligado ao surgimento de uma modalidade peculiar de doença mental, altamente constatável na clínica médica, a partir de um delírio, comumente desenvolvido “pela freqüência de sessões de espiritismo” (Roxo, 1946, p. 148). Ele reproduzia, no entanto, uma tendência por nós já detectada, tanto no discurso médico quanto no católico: remeter a condenação ao espiritismo às sobrevivências fetichistas africanas. Como resquícios do atavismo negro, a tendência brasileira ao espiritismo era remetida ao que de pior havia na sociedade, em um momento em que a raça, como chave explicativa da realidade nacional, não estava totalmente sepultada. Assim, ao descrever uma sessão espírita refere-se Roxo (1946, p. 469): “Vê-se muito freqüentemente o que se observa no cinema, nessas danças de negros, com seus movimentos extravagantes, suas contorções e seus gestos”.

Para Jurandir Costa, os psiquiatras brasileiros, herdeiros de Kraepelin e Juliano Moreira, iriam aprofundar o determinismo biológico, não se limitando a simplesmente explicar os fundamentos psíquicos e culturais da sociedade, mas “determinar o modo concreto de organização e funcionamento de todas as instituições sociais, desde a família até o Estado” (COSTA, 1976, p. 27). Dessa postura vem a sua proposta de erradicação dos três fatores por Roxo julgados determinantes para o avanço da alienação mental no Brasil: a sífilis, o alcoolismo e o espiritismo. Portanto, a partir desse lugar institucional, não havia a menor possibilidade de tolerância para com uma tese que se mostrava totalmente favorável ao espiritismo, ligado, de acordo com esses médicos, à patologia mental.

Se o espiritismo era remetido pelo catedrático de psiquiatria da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro à condição de patologia mental, denunciadora do atraso nacional, a elite espírita há muito desenvolvia um esforço contrário. A Federação Espírita Brasileira e os intelectuais espíritas tentavam aprofundar o diálogo tentado por Allan Kardec com a ciência. Brasília Marcondes Machado fugiu à tendência. Para ele, o espiritismo deveria ser estudado, não em oposição à ciência, mas buscando nela os seus fundamentos. Sendo assim, aprofundava a representação do

espiritismo como doutrina aparentada com a modernidade, capaz de embasar-se na razão e na experimentação. Por isso, o doutorando partiu para uma missão inglória: provar pelos mesmos postulados da medicina materialista os fundamentos do espiritismo, como a sobrevivência da alma e a possível comunicação entre vivos e mortos.

A tese de Machado refutava, principalmente, os fundamentos da tese de Joseph Grasset (1849-1918), que tentara explicar, pela anatomia cerebral, os chamados “estados alterados da consciência”. Grasset defendia a coexistência de dois psiquismos: um superior, sede da razão; e outro inferior, domínio do inconsciente, origem do comportamento automático e centro dos sentidos e dos movimentos. O cérebro era representado como uma pirâmide de base poligonal. No vértice da pirâmide estava nucleado o psiquismo superior, e na base poligonal, o inferior. Os fenômenos mediúnicos aconteciam, para Grasset, pela desagregação entre os dois psiquismos, desenvolvendo os médiuns a imaginação poligonal, inferior. Grasset dizia que a memória e a imaginação poligonal do próprio médium engendrariam todas as outras personalidades surgidas a partir do transe mediúnico. O médium, então, criaria enredos, personagens, numa sofisticação tão incrível que Grasset se referia a esses fenômenos como verdadeiros “romances poligonais”.

Se criticava as idéias de Grasset, Brasília Marcondes Machado partiu exatamente das mesmas idéias para tentar comprovar a veracidade dos fenômenos espíritas. Dessa forma, Machado acrescentou ao centro, sede do psiquismo superior, da razão, vértice da pirâmide com que Grasset representava o cérebro, um outro centro “virtual”, que denominou “superconsciente”.

Esse superconsciente seria dotado da capacidade de emancipação total do centro físico superior, do vértice da pirâmide, o que aconteceria com a morte. Brasília Machado, portanto, acrescenta ao que denominava “consciente fisiológico” de Grasset, um superconsciente com capacidade de sobreviver à morte física. Dessa forma, tentava demonstrar a possibilidade de sobrevivência do pensamento, da vontade e da razão, à morte física, mas também os fenômenos mediúnicos, encarados como manifestações do superconsciente dos mortos, que se manifestariam pela intermediação dos médiuns (MACHADO, 1922, p. 19-25). Tentando desautorizar os romances poligonais de Grasset, Machado estudou a psicografia do médium português Fernando de Lacerda. Para o doutorando, as páginas atribuídas a Eça de Queiroz, padre Antônio Vieira, Camilo Castelo Branco e Napoleão não eram frutos do psiquismo inferior, nem da imaginação

do médium. Machado defendeu, candidamente, que a existência de estilos literários próximos a esses autores e de temáticas completamente diferentes bastaria para comprovar a autenticidade da autoria espiritual deles.

Por um lado, os argumentos apresentados pelo doutorando não estavam centrados na ciência materialista, contrariando, portanto, o seu objetivo inicial, que era o de comprovar a autenticidade dos fenômenos espíritas, apelando para essa mesma ciência materialista. Quando propõe o esquema complementar de Grasset, baseia-se na sobrevivência da alma, que aparece como uma idéia auto-subsistente em seu trabalho. Apontando para uma discussão metafísica, sua tese agredia frontalmente a formação positivista de Henrique Belford Roxo, autoridade máxima em medicina psiquiátrica na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Longe estávamos das críticas de Karl Popper (2004) à blindagem da ciência positivista à metafísica, reconhecida pelo autor como capaz de impulsionar a pesquisa científica. Quem julgou a tese de Machado, remetia a metafísica a estágios inferiores do conhecimento, adotando uma postura evolutiva do conhecimento.

Negando o que diz ser o reducionismo de Grasset, uma vez que “nosso eu não é simples produto do mecanismo anátomo-patológico” (MACHADO, 1922, p. 34), o doutorando refutava, igualmente, a tese de Théodore Flournoy (1854-1920), aumentando a dicotomia entre academia e sua crença. Isso em um momento da estruturação da ciência psiquiátrica, no qual, segundo Mokrejs (1993), os psiquiatras brasileiros primavam pelo ecletismo, fazendo questão de, mesmo superficialmente, mostrar sintonia com diferentes modelos europeus.

Flournoy estudou os fenômenos espíritas, concluindo que as lembranças e o inconsciente do médium serviam de material para o que chamava de “romances subliminares”, capazes de expressar desejos recalçados. Ele criticava Kardec, que, segundo sua visão, creditava aos espíritos o que poderia ser compreendido a partir da própria realidade do médium, buscando-se nas profundezas da não-consciência, no mundo subliminal, o fundamento dos fenômenos espíritas. Por outro lado, para Flournoy, o espiritismo estava completamente distanciado da moderna psicologia experimental, ao advogar a simplicidade psíquica do homem. Essa idéia, para Flournoy, havia sido sepultada pelo avanço científico do século XX, revelando a complexidade do “eu”, capaz de apresentar uma multiplicidade empírica e uma capacidade de metamorfose não cogitada antes dos estudos da psicologia experimental (FLOURNOY, 1911, p. 471). A refutação da tese de romance subliminal de Flournoy é feita por Machado,

Artur Cesar Isaia: O espiritismo nas teses da Faculdade de Medicina:...

acentuando sua defesa do espiritismo e identificando-se totalmente contrário à academia que o deveria avaliar:

Dar-nos-ia ares de importância o romance subliminal, porque este subliminal + Flournoy são bonitas palavras que caem muito bem; mas utilizadas pela modéstia de um espírita, ficaria assim como um fraque bem talhado envergado por um mendigo de pés descalços e calças rotas. Preferimos o nosso amarrotado casaco de ver a Deus [...] poético e tocante [...]. (MACHADO, 1922, p. 201)

Em contraposição, Machado vai endossar os ensinamentos do médico e espírita cearense Adolpho Bezerra de Menezes Cavalcanti (1831-1900), cognominado o “Kardec brasileiro”. Bezerra de Menezes escreve, no final do século XIX a obra *A loucura sob novo prisma*, em que evidencia o papel do espiritismo em uma nova etiologia da loucura. Segundo a obra, o fundamento de numerosos casos de demência podia ser creditado à ação persecutória de espírito(s) sobre o doente. Essa atuação, denominada “obsessão”, poderia ser neutralizada, através da doutrinação do espírito obsessivo, que configurava a terapêutica da chamada “desobsessão”. Esse tratamento consistia em fazer o espírito perseguidor conhecer a lei do carma, “pela qual terá que pagar em dores, todas as que tem feito sua vítima sofrer” (BEZERRA DE MENEZES, 1946, p. 185)

A defesa da “psicoterapia transcendente” de Bezerra de Menezes, além dos ataques explícitos ao organicismo, trazia consigo a oposição a nomes familiares à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, como o de Franco da Rocha, antigo aluno daquela instituição e o primeiro diretor do Hospital do Juquery, em São Paulo. Machado opunha-se às suas idéias, reveladas na obra *O pansexualismo na doutrina de Freud*. Referindo-se à interpretação dos sonhos pela psicanálise, Franco da Rocha chamava de beócios aqueles que encaravam os sonhos como revelações possíveis de contato com espíritos, ligados a “preconceitos populares, superstições, concepções mitológicas” (apud MACHADO, 1922, p. 113). Provocativamente, Brasília Machado fundamenta seu ataque às idéias de Franco da Rocha no astrônomo e espírita francês Camille Flammarion. Mais precisamente cita o discurso que Flammarion pronunciou junto ao túmulo de Kardec, por ocasião da sua morte:

Com que direito, pois, pronunciaremos a palavra “impossível” diante dos fatos que testemunhamos, sem podermos descobrir a causa única? A ciência fornece-nos dados tão autorizados como os precedentes sobre

os fenômenos da vida e sobre a força que nos anima. Basta-nos considerar a circulação das existências. (apud MACHADO, 1922, p. 119)

Podemos imaginar a impossibilidade de qualquer contemporização institucional com Machado, que dava voz a idéias polemicamente postadas contrariamente àqueles que deveriam avaliá-lo.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Procuramos perseguir algumas evidências empíricas relativas à posição da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro com relação ao espiritismo. Chegamos, nesse percurso, a uma explícita condenação às atividades mediúnicas, que se articulava a uma formação psiquiátrica organicista e, em alguns casos, a uma postura tributária do positivismo. Esse era o caso de Henrique Roxo catedrático de medicina psiquiátrica. Essa postura vai ser referendada por aqueles que direcionaram sua vontade política para a convivência e conivência com o lugar institucional que os formou. Isso aparece de maneira clara nas duas primeiras teses estudadas. Postura diametralmente oposta apresenta a terceira tese aqui focalizada. Assim, ao propor à medicina psiquiátrica organicista e materialista, ensinada na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, uma alternativa em que se reconhece a sobrevivência da alma e a possibilidade de contato entre vivos e mortos, a reprovação da tese era evidente. Fica para nós o registro solitário e ousado de um homem que afrontou o “regime de verdade” (FOUCAULT, 1996) em que se abrigava a instituição que o avaliou.

THE SPIRITISM IN THE THESES OF DE RIO DE JANEIRO'S MEDICAL SCHOOL

ABSTRACT: The text focuses on three doctorate's graduation theses defended between 1919 and 1929, in Rio de Janeiro's Medical School, where spiritism is presented as the main concern. Two of these theses fit perfectly in the institutional stand point, denying spiritism any familiarity, not only with religion, but also with science. In those theses, spiritism is reassured as an important factor of mental alienation. The third thesis represents a stand point completely contrary to the institution, in which the author tries to demonstrate the need for it to recognize the spiritist phenomena and the possibility of having some therapy focused on spiritism.

KEY WORDS: Spiritism, mediumistic religions, medical-psychiatric speech.

NOTAS

1. Entre as obras produzidas por profissionais ligados à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e destinadas diretamente ao ataque ao espiritismo, citamos Ribeiro & Campos (1931), Xavier de Oliveira (1930).
2. Menção ao médico e intelectual católico, Dr. Guilherme Studart (1856-1938), nascido em Fortaleza, onde era figura respeitadíssima. Além da medicina, em que se destacou como pesquisador, escreveu sobre a história do Ceará. Sua fidelidade à Igreja Católica levou o Papa Leão XIII a outorgar-lhe o título de barão de Studart (FRIDERICHs, 1964).
3. A obra de codificação espírita é composta pelo conjunto de cinco livros, o “Pentateuco”, a saber: *O livro dos espíritos*, de 1857; *O livro dos médiuns*, de 1861; *Evangelho segundo o espiritismo*, de 1864; *O céu e o inferno*, de 1865; e a *Gênese*, de 1868.
4. No afã de desmoralizar os fenômenos espíritas, o autor cita casos de receitas prescritas a pessoas fictícias, cujos nomes foram propositadamente incluídos entre aqueles que buscavam orientação espiritual.

REFERÊNCIAS

- BEZERRA de MENEZES, Adolpho. *A loucura sob novo prisma: estudo psíquico-fisiológico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 1946.
- BOIA, Lucien. *Pour une histoire de l'imaginaire*. Paris: Les Belles Lettres, 1998.
- CORREA, Marisa. *As ilusões da liberdade: a escola de Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: Edusf, 1998.
- COSTA, Jurandir Freire. *História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1976.
- FLOURNOY, Théodore. *Esprits et médiums: mélanges de métapsychique et de psychologie*. Genève: Kunding, 1911.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- FRANCO DA ROCHA. *Esboço de psiquiatria forense*. São Paulo: Laemmert, 1904.
- FRIDERICHs, Edwino. *Perfis de grandes médicos*. Porto Alegre: Paulinas, 1964.
- GIUMBELLI, Emerson. *O cuidado dos mortos: uma história de condenação e legitimação do espiritismo*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.
- GRASSET, Joseph. *L'hypnotisme et la suggestion*. 3. ed. Paris: O. Doin, 1909.
- ISAIA, Artur Cesar. João do Rio: o flâneur e o preconceito: um olhar sobre o transe mediúnico na capital federal de inícios do século XX. In: MARIN, Jerri Roberto (Org.). *Religiões, religiosidades e diferenças culturais*. Campo Grande: Universidade Católica D. Bosco, 2005.

- _____. Catolicismo pré-conciliar e religiões mediúnicas no Brasil. In: MANOEL, Ivan A.; FREITAS, Naimora M. B de. *História das religiões: desafios, problemas e avanços teóricos, metodológicos e historiográficos*. São Paulo: Paulinas, 2006.
- _____. Espiritismo, catolicismo e saber médico-psiquiátrico: a presença de Charcot na obra do Pe. Júlio Maria de Lombaerde. In: ISAÍÁ, Artur Cesart (Org.). *Orixás e espíritos: o debate interdisciplinar na pesquisa contemporânea*. Uberlândia: Editora da UFU, 2006.
- MACHADO, Brasília Marcondes. *Contribuição ao estudo da psiquiatria: espiritismo e metapsiquismo*. 1922. Tese (Doutorado em Medicina) – Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1922.
- MOKREJS, Elisabete. *Psicanálise no Brasil: as origens do pensamento psicanalítico*. Petrópolis: Vozes, 1993
- MOREL, Pierre. *Dicionário PSI*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- PIMENTEL, Oscar dos Santos. *Em torno do espiritismo*. 1919. Tese (Doutorado em Medicina) – Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1919.
- POPPER, Karl. *A lógica da pesquisa científica*. 17. ed. São Paulo: Pensamento: Cultrix, 2004.
- RIBEIRO, Leonídio; CAMPOS, Murillo de. *O espiritismo no Brasil: contribuição ao estudo clínico e médico legal*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1931.
- ROXO, Henrique de Brito Belfort. *Moléstias mentais e nevroses*. Aulas professadas durante o ano letivo de 1905 pelo Dr. Henrique de Brito Belford Roxo. Rio de Janeiro, [s.ed.], 1906.
- _____. *Manual de psiquiatria*. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1946. [1921].
- SAMPAIO, Gabriela dos Reis. Tenebrosos mistérios: Juca Rosa e as relações entre crença e cura no Rio de Janeiro imperial. In: CHALHOUB, Sidney et al. *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 2003.
- SAMPAIO, Genaro Veiga. *Espiritismo e loucura: contribuição ao estudo das chamadas psicoses espíritas na Bahia*. 1926. Tese (Doutorado em Medicina) – Faculdade de Medicina da Bahia, Salvador, 1926.
- VENANCIO, Ana Teresa A.; CARVALHAL, Lazara. A classificação psiquiátrica de 1910: ciência e civilização para a sociedade brasileira. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria et al. (Orgs.). *Clio-Psyché ontem: fazeres de dizeres psi na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Editora Faperj, 2001.
- XAVIER DE OLIVEIRA. *Espiritismo e loucura*. [s.l.]: GEEM, 1930.
- WANTUIL, Zeus. *Grandes espíritas do Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 2002.
- WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar*. Santa Maria: Editora UFSM; Bauru: Edusc, 1999.